

Campo Grande, MS: passado em construção e futuro no imaginário

Campo Grande, MS: past in construction and the future in the imaginary

Lenita Maria Rodrigues Calado

Anhanguera-UNIDERP
lenitamaria@bol.com.br

Resumo: A idéia de cidade como um *cronotopo* é esclarecedora, pois cidade não é apenas espaço e também não se realiza no tempo único e linear, ela realiza tempos diferentes em espaços diversos. Nessa visão o evento de tornar-se capital do Estado de Mato Grosso do Sul fez com que Campo Grande vislumbresse o futuro filtrado por seus anseios de cidade moderna, realizando transformações que aproximasse seus projetos reais do imaginário de seus habitantes. A criação do Estado aconteceu em outubro de 1977 e trouxe, além de mudanças políticas e econômicas, novos anseios de “progresso e prosperidade”.

Palavras-chave: Campo Grande, Passado, Futuro.

Abstract: The idea of the city as a chronotropic is enlightening, because the city is not only space and does not take place only in time and linear, it carries out different times in different spaces. In this view, the event from becoming the state capital of Mato Grosso do Sul caused, in Campo Grande, one idea glimpsing the future filtered by their expectations of modern city, making changes approached the projects in the imaginary city. The creation of the state occurred in October 1977 and brought, as well as political and economic changes, new expectations of "progress and prosperity."

Key-words: Campo Grande, Past, Future.

A cidade representa a multiplicidade de informações e de signos possíveis na percepção humana. Há a cidade objetiva e a subjetiva, e elas se relacionam de forma intrínseca e extrínseca, num processo de vai-e-vem contínuo. Os habitantes são informantes da história na cidade e exprimem como os espaços são transformados. As falas dos moradores de uma cidade podem esclarecer como se dão as relações entre o real e o imaginário e, por conseguinte, como a cidade subjetiva pulsa na sua própria objetividade. O tempo e o espaço, o *cronotopo* é assim constituído, usando os habitantes como elo, a cidade se faz. Esse texto quer captar alguns pontos de encontro entre o realizado e o imaginário, e entender como a cidade, ainda atualmente, objetiva um futuro de “tempos modernos”.

Durante a pesquisa realizada no Mestrado em História (UFGD) intitulada “Campo Grande e sua Feira Livre Central; conhecendo a cidade através da feira”, pude constatar que os “espaços são palcos das práticas cotidianas. A cidade constitui-se de muitos espaços de

sociabilidades, espaços que deixam o “passado” apresentar-se através de “linguagens”” (CALADO, 2010, p. 22). Sendo assim os lugares, transformados simbolicamente em espaços, são fatores que historicamente transformam a cidade.

Campo Grande está inserida no conjunto de cidades que tiveram seu início no findar do século XIX e começo do século XX, sua emancipação política e administrativa foi assinada em 26 de agosto de 1899. Sendo assim possui processos históricos baseados no anseio moderno pós-revolução industrial.

Campo Grande, Cidade Morena como é apelidada por causa da cor avermelhada de sua terra, é a capital do Estado do Mato Grosso do Sul e está localizada na região central do mesmo. De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE – contava, em 2007, com população total de 724.524 habitantes.

De acordo com registros de memorialistas, Campo Grande surgiu em 1872 (Rodrigues, 1980), com a primeira viagem do mineiro José Antônio Pereira à região de Mato Grosso. “No ano seguinte parte a comitiva dos Pereira em regresso a Monte Alegre, para buscar o restante da família e outros interessados” (GARDIN, 1999, p.51). Dois anos mais tarde, em 1875, José Antônio Pereira voltou à região, instalando-se, juntamente com familiares e amigos, na porção de terra localizada na confluência dos atuais córregos Prosa e Segredo, organizando, a partir de então, o que passaria a ser conhecido como “Arraial de Santo Antônio de Campo Grande”.

Na virada do século XIX para o XX, mais precisamente pela Resolução nº 225, de 26 de agosto de 1899, foi criada a Vila de Campo Grande, definitivamente enquadrada, em 1902, na categoria de município, regido por uma administração pública própria, encabeçada por Francisco Mestre, nomeado seu primeiro Intendente. Desse momento em diante, efetivou-se todo um processo normativo, que seguiu o modelo de transformações ocorridas nos centros urbanos mundiais, materializado na elaboração do Código de Posturas de 1905, promulgado pela Câmara Municipal, e nos projetos de planificação urbana, a exemplo do apresentado em 1909, pelo engenheiro Nilo Javari Barém, aprovado pela Câmara do município, em 18 de junho daquele ano. A respeito desse primeiro projeto de planificação urbana informa Antônio Firmino de Oliveira Neto:

Em 1909, sob encomenda da Prefeitura, o engenheiro Nilo Javari Barém desenhou a primeira planta da cidade. Era, na verdade, um projeto de expansão urbana, caracterizado, principalmente, por projetar ruas e calçadas bastante largas e retilíneas, formando um tabuleiro de xadrez, num

quadrilátero de nove logradouros no sentido leste-oeste e outros cinco no sentido norte-sul. Ficava bastante clara a intenção do projeto, de facilitar o trânsito de pessoas, animais e veículos, encampando as preocupações burguesas e incorporando as novas preocupações urbanísticas (OLIVEIRA NETO, 1997, p. 31-32).

Como notamos, Campo Grande foi imaginada e posteriormente planejada, assim como interessava aos seus primeiros moradores e aos articuladores políticos. Esse traço tornou-se uma constante no desenvolvimento da cidade. Pensar o futuro como objeto de planejamento, a tentativa de modernização, e a praticidade de novos modos de vida foram metas propostas, ideais explorados pelos governantes e por urbanistas.

Ainda na perspectiva da modernidade, que destrói para depois construir, Campo Grande, nos últimos cinquenta anos, teve seus espaços modificados: o relógio que ficava no cruzamento de ruas importantes do centro da cidade, hoje não passa de uma réplica exposta em canteiro central da Avenida Afonso Pena; o centro está degradado por conta da mudança do eixo comercial para a área do primeiro *shopping* instalado, nos anos finais de 1980, na cidade; os trilhos foram retirados do perímetro urbano; a Feira, antes de rua, foi construída em lugar fixo e transformada em ponto turístico; e o imaginário gira em torno de origens indígenas e pantaneiras, mesmo que a cidade tenha surgido pela exploração das terras por imigrantes de outras partes do Brasil do final do século XIX.

Seus habitantes, em meio às transformações, reafirmam desejos de “progresso”, como se a história fosse sempre um passado de possível “construção”, e o futuro uma “invenção”. Campo Grande se enxergava, por meio de seus governantes e de seus habitantes, detentora do poder de realizar o que até então estava em sonhos de participação no “mundo moderno”, posto que realizasse vários planos estruturais para colocar em realidade o imaginário campo-grandense.

Os espaços da cidade são transformados para a funcionalidade e muitas vezes são apropriados pelos habitantes como meio de vida e de construção da própria cidade. Num processo de duas vias, os moradores territorializam seus espaços para transformar a cidade em *locus* de sua sobrevivência e de seu desfrute; e a cidade aceita os limites criados em suas políticas de abrandamento de conflitos, ou os adapta ao que pode ser consumido por todos como espaço público.

Nesse aspecto, encontram-se vários lugares delimitados, por vezes subjetivamente, e que são ocupados por trabalhadores de rua. Lugares que já tiveram outra utilização no passado

e, atualmente, encerram as modificações pelas quais, a cidade de Campo Grande, passou em sua história. Outro aspecto relevante, inferido na pesquisa para o Mestrado, foi de como a cidade, por meio de seus habitantes, se imagina e propõe seus projetos. Mais especificamente, como o imaginário se constrói e onde se une ou se contrapõe ao real, vivido cotidianamente pelas pessoas.

Campo Grande tornou-se capital do Estado de Mato Grosso do Sul em 1977, fato este que transformou a cidade e as percepções de seus moradores sobre as novas perspectivas políticas e econômicas. Tornar-se capital expandiu não só o imaginário de “modernidade”, mas transformou as expectativas com relação ao modelo de capital que Campo Grande seguiria, precisamente, o modelo de São Paulo.

Ainda para a pesquisa sobre a Feira Livre Central de Campo Grande, obtive diversas entrevistas com moradores, que relataram muitos conflitos que ocorrem na cidade, por conta de projetos urbanísticos não discutidos com o povo. Os habitantes são informantes da história na cidade e exprimem como os espaços são transformados. As falas dos moradores de uma cidade podem esclarecer como se dão as relações entre o real e o imaginário e, por conseguinte, como a cidade subjetiva pulsa na sua própria objetividade. Como exemplifica a feirante Rosemeire Teixeira da Cunha Dias:

Aqui o pessoal faz vista grossa, porque a gente vende coisas, do Paraguai, que não pode vender; a gente paga caro o condomínio e eles não podem tirar a gente daqui, senão acaba muito negócio aqui. Tem o Camelódromo, eles também deixam eles venderem tudo que é coisa de sacoleiro lá. E aqui é ponto turístico, né? Se a polícia pega a mercadoria no ônibus a gente arca com o prejuízo, mas aqui eles só tiraram os CDs piratas. O resto fazem vista grossa¹.

Rosemeire relatou uma prática que coloca à mostra a “negociação” que existe entre os comerciantes de produtos comprados, ilegalmente, no Paraguai e a Prefeitura. A “vista grossa” a que ela faz referência é a posição que a Prefeitura ocupa com a aceitação das barracas, mesmo vendendo produtos sem o pagamento de impostos; eles não são retirados do comércio, tanto na Feira como no Camelódromo (lugar fixo para os camelôs, no centro da cidade).

¹ Conforme Entrevista com Rosemeire Teixeira da Cunha Dias.

O enfrentamento não se dá por conta de que o comércio de produtos contrabandeados faz com que espaços, como a Feira e o Camelódromo, existam. Os espaços, desse pequeno comércio, são orientados ou administrados pela Prefeitura, geram renda diretamente, ou indiretamente como ponto de visitação turística. Ao mesmo tempo, os comerciantes conseguem resistir e continuar no trabalho, apesar das normas de pagamento das áreas e das taxas de condomínio. O poder das relações, ora se encontra no cargo público, ora se encontra na manifestação popular. A vivência real propicia a negociação implícita no cotidiano.

A definição de cidade como um *cronotopo*, enunciada por Sandra Pesavento (2004) é muito propícia. A cidade não é apenas espaço, também não se realiza num tempo único e linear, mas a cidade realiza tempos diferentes em espaços diversos. A cidade representa a multiplicidade de informações e de signos possíveis na percepção humana. Assim, pode-se observar que a cidade não é uma, mas que várias cidades se inventam por meio de seus habitantes, de seus governantes e seus projetistas, e que todas as cidades se unem na vida comum e simples dos trabalhadores que estão diariamente nas ruas.

Havia um imaginário na cidade, imaginário este que a colocava como capital da região sul de Mato Grosso, mesmo antes de uma real preocupação política com essa transformação. Campo Grande era vista como uma cidade “moderna”, uma cidade que não deveria estar sob o comando de Cuiabá, que poderia ser muito mais desenvolvida se tivesse o poder, as finanças, e o *status* de “Capital de Estado”.

O processo de transformação acontece por meio de planificação dos espaços, como explica Michel de Certeau:

A “cidade” instaurada pelo discurso utópico e urbanístico é definida pela possibilidade de uma tríplice operação: 1. A produção de um espaço *próprio*: a organização racional deve portanto recalcar todas as poluições físicas, mentais ou políticas que a comprometeriam; 2. Estabelecer um *não-tempo* ou um sistema sincrônico, para substituir as resistências inapreensíveis e teimosas das tradições [...]; 3. Enfim, a criação de um *sujeito universal* e anônimo que é a própria cidade [...]. Nesse lugar organizado por operações “especulativas” e classificatórias, combinam-se gestão e eliminação. De um lado, existem uma diferenciação e uma redistribuição das partes em função da cidade, graças a inversões, deslocamentos, acúmulos, etc.; de outro lado, rejeita-se tudo aquilo que não é tratável e constitui portanto “detritos” de uma administração funcionalista (anormalidade, desvio, doença, morte etc.). Certamente, o progresso permite reintroduzir uma proporção sempre maior de detritos nos circuitos da gestão e transforma os próprios déficits (na saúde, na seguridade social etc.) em meios de densificar as redes da ordem. Mas, de fato, não cessa de produzir efeitos contrários àquilo que visa: o

sistema do lucro gera uma perda que, sob as múltiplas formas da miséria fora dele e do desperdício dentro dele, inverte constantemente a produção em “gasto” ou “despesa”. [...] Assim funciona a Cidade-conceito, lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade (CERTEAU, 2007, p. 173-174).

Fazendo uma leitura a contrapelo, tal processo pode ser sentido nas falas daqueles que estão mais perto dos “detritos” da administração funcionalista, do que somente nos documentos e nos meios de comunicação escrita, para possibilitar essa construção é importante o uso dos mecanismos de análise da história oral.

Os moradores enxergavam as transformações que a cidade poderia passar em direção ao seu futuro, mas realizavam suas vidas no trabalho do dia-a-dia, no seu espaço delimitado, na observação do movimento das ruas, suas palavras são carregadas de percepções das suas “visões de mundo” na cidade.

Michel Maffesoli (1996, p.271) cita um “enraizamento dinâmico”: pertence-se inteiramente a um lugar dado, mas nunca de uma maneira definitiva”. Característica da cidade contemporânea é adaptar o que é visto nos caminhos pelos ambientes físicos ao que é construído pelo imaginário, simbolicamente. Sempre em relação com outros, o imaginário de uma cidade não se estabelece singularmente, o espaço é vivido com outros.

[...] permite levar em conta a importância da carga emotiva ligada ao que chamo de estar-junto sem função: perambular num grande *magazine*, assistir uma partida de *rugby* ou de *sumo*, flunar sem objetivo preciso nas ruas comerciais (mesmo se há a “legitimação” dessa ou daquela compra), beber e conversar em grupo na saída do trabalho. Tudo isso tem uma função de “religação” inegável (MAFFESOLI, 1996, p.277).

O importante é notar como a cidade é sensível, e os lugares são constitutivos da teatralidade cotidiana, fazendo da cidade um organismo vivo. Ou uma “materialidade dotada de vida” (MAFFESOLI, 1996, p.278). Dessa materialidade é que se importa o imaginário. O que Certeau (1995) desenvolveu sobre o espaço e os lugares, Maffesoli (1996) desenvolveu sobre as cidades:

Uma sociedade só pode perdurar se tem um forte sentimento de si mesma. Há momentos em que esse sentimento elabora-se fazendo a história, olhando o futuro, em suma, fazendo projetos. Há outros em que é o espaço que

garantirá esse papel. O espaço vivido em comum, o espaço onde circulam as emoções, os afetos e os símbolos, o espaço onde se inscreve a memória coletiva, o espaço, enfim, permitindo a identificação. Assim, participando com outros da totalidade do ambiente, torno-me uma coisa entre as coisas, um *objeto subjetivo*. Ou seja, *volens nolens*, eu coexisto num conjunto onde tudo adere fortemente; eu coexisto, é claro, com os outros que me constituem pelo que sou, mas coexisto também com essa multiplicidade de objetos, sem os quais a existência contemporânea não é mais concebível. Tudo isso não deixa de induzir a uma forma de solidariedade específica: não é mais o desenvolvimento histórico que se modela o ethos pós-moderno, mas na natureza reapropriada, no espaço partilhado, na participação coletiva do mundo dos objetos (MAFFESOLI, 1996, p.279).

Em suma, a cidade, seus projetos, seu imaginário, transforma espaços, como o da Feira, para fazer uma reapropriação, o espaço como cristalização do tempo.

Analisando o patrimônio como categoria inserida no cotidiano da população, importante para a realização de um “enraizamento dinâmico”, observa-se o senso comum; mas, observando a relação expressa pelas falas com o patrimônio, há de se compreender a conceito de “pertença” (CERTEAU, 1996).

O discurso sobre os patrimônios culturais divide-se em duas vertentes: a monumentalidade e o cotidiano. O discurso da monumentalidade refere-se ao conjunto de bens que representam, precisamente, a “tradição”, vinculando os brasileiros de ontem aos de hoje. O enaltecimento do passado e a formação do Estado Nacional vão designar quais os bens a serem preservados. “Quando se narra o patrimônio no registro do cotidiano, essas relações se invertem. Não é mais o passado que é hierarquicamente valorizado, e sim o presente” (GONÇALVES, 2002, p.118). Assim sendo, no registro do cotidiano, o ponto de referência são as experiências pessoais e coletivas dos diversos grupos sociais em suas vidas cotidianas.

A história então, construída no fazer cotidiano e como elo com as outras regiões do mundo, uma integração entre a experiência pessoal e as micro-táticas, e os acontecimentos mundiais. A tríade temporal – passado, presente e futuro – se encontra no espaço construído pelo imaginário, passando a ser história (se no passado), tentativa de identidade (se no presente) e realização de felicidade (se no futuro).

Fontes

ENTREVISTA Rosemeire Teixeira da Cunha Dias [Rose]. Feirante, 43 anos. (meio digital)
Produção: Lenita Maria Rodrigues Calado. Campo Grande: PPGH/UFGD, 2008. 30 min.
(aprox.), son. CD.

Referências

CALADO, Lenita Maria Rodrigues. Campo Grande e sua Feira Livre Central; conhecendo a cidade através da feira. Dissertação de Mestrado em História. PPGH- Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS: UFGD, 2010.

CERTEAU, Michel de. A cultura no plural. Trad.: Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

_____. A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer. 13 ed. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GARDIN, Cleonice. Campo Grande: Entre o Sagrado e o Profano. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1999.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MAFFESOLI, Michel. No fundo das aparências. Trad.: Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis: Vozes, 1996.

OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. Ruas e Calçadas de Campo Grande. SP: USP, dissertação de mestrado em Geografia, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. In: Fragmentos de Cultura, v. 14, n.9, p.1595-1604, Goiânia: IFITEG, 2004.